

# MOBILIZA

Nº03

Jornal do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais  
dos Municípios do Rio de Janeiro - SINDISEP/RJ

## 44 ORDENS ABSURDAS NÃO SE CUMPREM 44

Finalmente concordamos com algo dito por Bolsonaro, ainda que não no mérito da declaração. A eventual ordem de retorno ao trabalho presencial pelo governo sem garantias e o aval de especialistas da área de saúde é absurda e não deve ser cumprida! Teremos que resistir!

É notória a intenção do governo federal em apressar o retorno dos servidores públicos federais ao trabalho presencial, bem como dos demais trabalhadores públicos e privados, independente de haver condições de saúde para tal medida, uma vez que o sistema de saúde pública segue saturado de internações pelo coronavírus e o número de mortes continua a crescer.

O que move Bolsonaro e Paulo Guedes não é a vontade de ver a atuação concreta e direta dos serviços e servidores públicos produzindo o que há de melhor para toda a população brasileira, através da prestação de bons serviços. A clara intenção deles é “acelerar” o retorno ao trabalho presencial para servir de exemplo para que outros “patrões” possam exigir o mesmo de seus trabalhadores. Eles não se preocupam com a vida da classe trabalhadora e seguirão em frente com essa

atitude absurda e insana, indo de encontro com o que todos os protocolos internacionais de saúde recomendam: o máximo de distanciamento social.

Denunciamos essa tentativa como criminosa, atitude de quem não se importa com a vida e a saúde do povo brasileiro, nos empurrando para essa situação de crise sanitária extrema como indicam os números atuais da pandemia por Covid-19 no Brasil.

O Sindisep-RJ envidará todos os esforços políticos e jurídicos para impedir o retorno dos servidores ao trabalho presencial sem que antes haja o aval dos órgãos de saúde para que esse retorno aconteça com a máxima segurança para nós, para os nossos familiares, quando do nosso retorno para casa, e para todos aqueles que encontramos no trajeto de casa até o trabalho.

Indicaremos, em caso extremo ou de assédio explícito, que não só os servidores/as resistam às chefias que “forçam” o retorno antecipado, como também usem o direito constitucional à não cumprir ordens absurdas que nos colocam em risco de morte ou grave enfermidade!

Buscaremos todas as ações necessárias para responsabilizar



pessoalmente o chefe que assediava seu subordinado.

Lembre-se que essa crise vai passar e precisamos nos manter firmes, fortes e com saúde para quando retornarmos ao trabalho, servirmos à população brasileira e não ao governante de plantão.

Agora, mais do que nunca, precisamos da força do sindicato e de suas bases para fazermos frente aos nossos patrões e governantes genocidas.

Em defesa da vida e da democracia! FORA BOLSONARO, MOURÃO E PAULO GUEDES!!

**FILIE-SE AO SINDISEP-RJ. SINDICATO É PRA LUTAR!**

# EM DEFESA DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO! PELO ISOLAMENTO SOCIAL! CONTRA A POLÍTICA GENOCIDA DE BOLSONARO E PAULO GUEDES!

Os trabalhadores estão passando por um momento muito difícil em razão da pandemia da Covid-19, que gera perdas humanas irreparáveis, prejuízos psicológicos e danos materiais ao mundo inteiro.

O Brasil, em razão de questões políticas internas, desmonte do serviço público e da enorme desigualdade de renda, sofre tais impactos de forma amplificada, o que agudiza o drama humano gerado por essa conjuntura.

A implementação do trabalho remoto foi uma medida urgente tomada, apesar dos posicionamentos contraditórios das diversas facções do governo, e garantiu a segurança e a saúde da força de trabalho. Ela garantiu também a continuidade da entrega de serviços para a população, com qualidade e agilidade, compromisso histórico do serviço público e de seus trabalhadores.

Em muitos órgãos da administração pública federal, a modalidade do teletrabalho temporário acompanhou a suspensão dos prazos processuais, os quais têm sido prorrogados, acompanhando os decretos estaduais, em especial aqui no Rio de Janeiro. Isso colabora para garantir o isolamento social de forma a evitar a exposição dos trabalhadores à aglomerações nos meios de transporte e nos locais de trabalho.

O governo Bolsonaro, porém, tem pressionado os servidores públicos para retornarem ao trabalho presencial, dentro da



estratégia irresponsável de contaminar o maior número de pessoas, enterrar os mortos e “retomar” a economia, dando um mau exemplo à sociedade, e atendendo aos clamores dos empresários e banqueiros, amigos do presidente.

Enquanto Bolsonaro e Paulo Guedes põem a vida dos trabalhadores em risco, a Justiça Federal está reiniciando a contagem dos prazos processuais, sem que isso implique o retorno físico de seus trabalhadores às respectivas sedes, pois nada indica que a pandemia da Covid-19 no Brasil tenha sido amenizada.

Pelo contrário, há enorme consenso entre os especialistas e autoridades sanitárias de que as

medidas de combate adotadas até o momento foram extremamente limitadas e sequer apontam para o início do “achatamento da curva”, como se popularizou o controle da transmissão local.

Faz-se necessário, portanto, denunciar a atitude criminosa do desgoverno Bolsonaro de expor os trabalhadores do serviço público e os terceirizados ao contágio da Covid-19 por motivos de crença e/ou promoção pessoal, sem qualquer lastro científico e necessidade real, podendo provocar afastamentos médicos e, inevitavelmente, mortes.

Além disso, essa política atenta contra a Constituição de 1988, garantidora do direito à vida e à saúde, e contra os princí-

**ANOS DE DESMONTE  
DO SERVIÇO PÚBLICO  
DIFICULTAM ATENDIMENTO  
DE SAÚDE À POPULAÇÃO**

pios mais caros da administração pública, de eficiência e impessoalidade, que garantem um serviço público de qualidade para toda a população.

**Fiquem em casa!  
Venceremos a Covid-19!  
Fora Bolsonaro!  
Fora Paulo Guedes!**

**EXPEDIENTE**

**SINDISEP/RJ** - Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Federais dos Municípios do Rio de Janeiro.

**ENDEREÇO:** Rua Visconde de Inhaúma, 58, sala 1108, Centro. CEP: 20.091-007. **CONTATOS:** www.sindisep-rj.org.br | (21) 2544-1043 | sindisep.rj@gmail.com

**CONSELHO EDITORIAL:** Victor Madeira, Raul Bittencourt, Eduardo Lima, Edna Rosa, Wellington Cruz, Alexander Noronha e Antônio Carlos Castilho.

**PROJETO GRÁFICO:** Henderson Laurentino | **DIAGRAMAÇÃO:** Heron Barroso (DRT/RJ 35.599) | **ASSESSORIA:** Vanieverton Anselmo

**ENTREVISTA**

**“Flexibilização, nesse momento, é arriscar a vida de um contingente enorme de pessoas, em nome do capital financeiro”**

O Jornal do SINDISEP/RJ entrevista a companheira Nayá Puertas, diretora do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SINMED/RJ). Nayá é médica de família da Rede Municipal de Saúde e atua na área portuária do Rio de Janeiro.

**Qual é a importância do SUS na luta contra a Covid-19?**

O SUS está presente em todas as cidades do país através dos Postos de Saúde e das Clínicas da Família. É um sistema que atende a todos: trabalhadores, donas de casa, aposentados, desempregados, povos originários e estrangeiros. Possui uma vasta rede com ambulatórios e hospitais.

O SUS, nessa pandemia, é a porta de entrada e onde a grande maioria dos pacientes é diagnosticada e tratada.

O SUS faz o verdadeiro combate à pandemia, porque é um sistema integrado, que possui tanto profissionais que estão na linha de frente, como pesquisadores, cientistas e educadores.

**Os profissionais de saúde estão sendo assistidos pelo governo e tendo acesso aos testes?**

Só temos acesso a testes quando apresentamos sintomas de Covid-19 e, mesmo assim, precisamos agendar. Muitos adoeceram, ficaram isolados em suas casas e não fizeram os testes.

A assistência que temos é a mesma de qualquer cidadão, quando necessita de internação. Não há testagem em massa para nós, nem para a população.

**Como você avalia as medidas do governo Crivella para flexibilizar o isolamento?**

São medidas genocidas e irresponsáveis de flexibilização



quando há aumento do número de casos e de mortes nas comunidades e nos bairros mais pobres; quando a maior parte dos hospitais de campanha não está em funcionamento, assim como leitos dos hospitais municipais e federais, no nosso município. E, principalmente, quando não há política efetiva de apoio social. Flexibilização, nesse momento, é arriscar a vida de um contingente enorme de pessoas, em nome do capital financeiro.

**Como você avalia a situação dos profissionais das equipes de saúde?**

É uma situação que aumenta o risco de adormecimento físico e mental. As equipes trabalham acima de seus limites, pois há falta de profissionais, por não haver concurso público e pela

precarização das relações de trabalho através das contratações pelas Organizações Sociais (OS) e por pessoa jurídica (PJ), fruto da destruição da saúde pública, que só se agravou com a Emenda Constitucional 95 (congelamento de salários), a reforma da CLT e pelo afastamento dos trabalhadores adoentados.

Muitos desses profissionais estão afastados de suas famílias pelo receio de infectá-las. Ainda há o sofrimento com a falta de pagamento de salários de muitos e, no caso dos trabalhadores estatutários e contratados pela RIO SAÚDE e pelas OS, que atendem nas Clínicas da Família e nas UPAS do Rio de Janeiro, o não pagamento do adicional de 20% sobre os salários, prometido como uma compensação ao aumento de trabalho.

**Uma declaração aos leitores do Jornal do Sindisep/RJ**

O isolamento social precisa ser mantido para salvarmos vidas. Nesse momento, o SUS demonstra a sua importância para a saúde do povo e a sua defesa, a apropriação do SUS pelos trabalhadores, não só por nós da área da saúde, mas por todos! Porque ele foi criado pelos trabalhadores e para todos os trabalhadores desse país.

Mais do que nunca, temos que exigir investimentos públicos na saúde; revogação da Emenda Constitucional 95; revogação do congelamento de salários dos servidores públicos e das reformas da previdência e da CLT. Para isso, precisamos de governos federal, municipal e estadual, que estejam do lado do povo, não que financiem banqueiros.

# SINDISEP PELAS BASES

**NOME: Jorge Felipe Magalhães**  
**ÓRGÃO: Funarte**

Atualmente com o teletrabalho validado até 28 de junho, a Funarte opera em baixo nível cortando contratos, como por exemplo, o corte da carga horária dos colaboradores em 2h, em caráter provisório. A Asserte (Associação dos Servidores da FUNARTE) teve uma reunião online com o presidente substituto, Luciano Querido, e pautou assuntos pertinentes ao momento de pandemia em relação ao trabalho no órgão, além de questões institucionais. Diante do contexto de volta ao trabalho presencial em Brasília, conseguimos um consenso na priorização da saúde dos trabalhadores da Funarte. O presidente da Fundação afirmou que seguirá as determinações estaduais e municipais do combate à pandemia. Tratamos também das medidas a serem tomadas na volta ao trabalho, quando a curva de propagação do vírus arrefecer, como regras no uso do elevador e ar-condicionado, remodelagem de layout das repartições de modo que observe um distanciamento preventivo entre os trabalhadores.

**NOME: Edna Rosa da Silva**  
**ÓRGÃO: DATASUS**

No DATASUS, a maior parte dos servidores está trabalhando em casa, via tele trabalho. Todos tiveram desconto no Vale Transporte, exceto os que têm que comparecer no MS por motivo de trabalho. Não há nenhuma deliberação do MS quanto ao ressarcimento das despesas com luz, internet, etc. Por enquanto, o ministério não tem nenhuma decisão quanto à volta ao trabalho presencial. Alguns contratados foram demitidos, devido à troca da empresa

prestadora de serviço, o que reduziu o número de trabalhadores no órgão, devido à transferência de algumas rotinas de trabalho para Brasília.

**NOME: Antonio Carlos Castilho**  
**ÓRGÃO: Abrigo Cristo Redentor**

O que os servidores federais, funcionários terceirizados e idosos mais temiam aconteceu com a chegada do coronavírus no Abrigo Cristo Redentor. Membros da diretoria e funcionários foram infectados pelo Covid-19. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, ao tomar conhecimento da situação, encaminhou à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos documento solicitando providências, inclusive solicitação de testagem de todos os idosos e funcionários, objetivando evitar que os 218 residentes, dos quais mais da metade tem problemas sérios de saúde, fossem infectados.

Lamentavelmente, dois idosos contaminados que foram transferidos do Abrigo vieram a óbito, um no dia 26/05 e outro no dia 31/05. Outros contaminados se encontram no Abrigo e um no Hospital Pedro Ernesto.

Inacreditavelmente, depois de muitos dias, testaram apenas seis idosos, conforme informações de 27/05. O CEDEPI diante desses fatos reencaminhou a solicitação anterior.

Se nada for feito com eficácia e urgência, vai haver contaminação em massa dentro do Abrigo, uma vez que muitos podem estar infectados e sem saber contaminando outros.

Nada foi feito do que prometeu o atual governo estadual em abril de 2019, no que tange as obras de recuperação desta instituição, que se tivesse recuperada como prometido, pelo seu tamanho, estaria hoje oferecendo

condições de ajudar a salvar muitas vidas com suas instalações adequadamente preparadas. O estado de abandono do Abrigo do Cristo Redentor é visto por todos os lados que se olha.

**NOME: Eduardo Lima**  
**ÓRGÃO: Arquivo Nacional**

O Arquivo está funcionando quase inteiramente no regime de trabalho remoto. Os gastos oriundos desse serviço são de inteira responsabilidade do servidor. Agora, a direção vem fazendo reuniões com as coordenações-gerais para discutir a reabertura do órgão, exatamente no momento que o país bate recordes de morte por conta da Covid-19. No Arquivo Nacional há salas com cerca de 40 m, com mais de 3 pessoas trabalhando, que não possuem janelas. O sistema de ar-condicionado é central e ninguém garante que seja seguro. O retorno no atual momento seria uma verdadeira tragédia para os servidores.

**NOME: Alexander Noronha**  
**ÓRGÃO: Museu do Índio**

O Museu do Índio está funcionando no regime de trabalho remoto emergencial, que vem sendo prorrogado ao longo do enfrentamento ao Covid-19. Fechado ao público externo por quase sete anos, nossa luta pela reabertura ficará para depois que passar a pandemia e todos possam voltar ao trabalho com a segurança necessária.

Muitos colegas, porém, tem demonstrado receio pelo retorno ao trabalho presencial, ainda em junho, e estamos indicando a todos os companheiros/as que somente aceitaremos debater o retorno ao trabalho presencial depois que todas as garantias sanitárias forem efetivadas para a volta em total segurança.

Indicamos, também, a necessidade de união e espírito de luta para o enfrentamento ao assédio institucional em caso de pressões da direção ou chefes de serviço para o retorno sem as devidas precauções. O Sindisep-RJ está junto com o servidor nessa luta!

File-se ao Sindisep/RJ! Sindicato é pra lutar!

**NOME: Wellington Cruz**  
**ÓRGÃO: INPI**

Com início em 13 de março, o regime de trabalho remoto emergencial foi rapidamente colocado em prática no INPI, de forma que, em torno de uma semana, praticamente todos os funcionários passaram a realizar suas atividades em casa, inicialmente em seus próprios equipamentos, e, depois de alguns dias, sendo facultada a retirada, sob custódia, de computadores da autarquia, mas sem oferecer maior suporte com relação à energia e internet consumida para trabalhar. Isso foi interessante para mostrar à sociedade a capacidade de resposta e organização do nosso serviço, sem perda de qualidade e eficiência.

Um acontecimento preocupante, e nesse período de fragilidade generalizado, foi a notícia da interrupção do contrato dos empregados terceirizados do Instituto. Ainda hoje (03 de junho), não sabemos como a situação foi resolvida e, se esses nossos colegas estão sendo devidamente acompanhados e assegurados pelos seus contratantes. Como alento, cabe notar que a equipe da Divisão de Saúde Ocupacional (DISAO) tem se mostrado disponível (remotamente) e empenhada em tornar esse momento menos estressante para os servidores. Nossa posição é de que isso precisaria ser estendido a todas trabalhadoras e aos trabalhadores terceirizados.